

## mercado

# Térmicas que não entregam energia custam R\$ 8,7 bilhões

Consumidor paga a conta de usinas que fornecem menos que o esperado

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Em meio à maior seca da história e com o orçamento afetado pela crise gerada pela pandemia, o consumidor brasileiro está pagando para bancar usinas térmicas que entregam menos energia do que o esperado ou até se recusam a operar.

Nos cálculos do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), a conta chega a R\$ 8,7 bilhões ao ano, considerando os projetos que já poderiam ter o contrato rompido por passar mais tempo do que o permitido sem gerar energia. "É evidente o dano ao consumidor", diz Clauber Leite, coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Idec, que enviou nesta quarta (26) carta à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) cobrando uma solução.

Fundamentais para gerar energia em períodos de baixa nos reservatórios das hidrelétricas, as térmicas funcionam como um seguro: são remuneradas com uma receita fixa quando não estão gerando e ganham um adicional para cobrir os custos quando são chamadas a contribuir.

Estudo da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) publicado nesta semana indica, porém, que são vez mais frequentes as situações em que as usinas negam pedido do ONS (Operador Nacional do Sistema) para operar ou acabam injetando no sistema volume menor que o demandado.

É como se a seguradora se negasse a enviar um reboque para socorrer o segurado com a apólice em dia. Ou enviasse o reboque, mas deixasse o veículo avariado no meio do caminho para a oficina.

A indisponibilidade para geração é prevista em contrato para paradas para manutenção, para situações de problemas em equipamentos ou falta de combustível, por exemplo, mas é limitada por contrato —no caso das usinas a gás, em uma média de 10% do período contratual.

A EPE constatou que, desde 2015, a taxa de indisponibilidade vem subindo. Em 2020, quando o Brasil teve a pior seca da história, térmicas a diesel, por exemplo, ficaram indisponíveis, em média, 53% do tempo. No caso das térmicas a óleo combustível, a indisponibilidade foi de 26% do período pago. Nas usinas a gás e carvão, 19%.

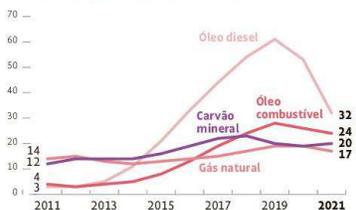
Em 2011, essa indisponibilidade era muito menor, apontando a EPE. No caso de óleo combustível, na média, 3%, diesel, 4%, carvão, 12%, e gás, 14%.

Para a empresa, que é responsável pelo planejamento do setor, o envelhecimento das usinas é um motivador importante. "Principalmente usinas a óleo diesel e óleo combustível contratadas muitos anos atrás. Isso é natural", diz o presidente da EPE, Thiago Barral.

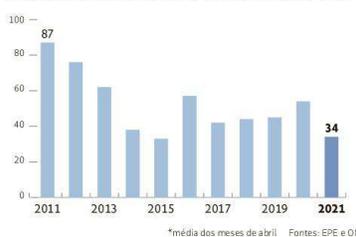
Mas o mercado vê também casos de falhas de manutenção ou resistência a investir em melhorias. Há ainda ge-

## Dificuldade para acionar as térmicas

Índice de indisponibilidade das térmicas, em %



Nível dos reservatórios no fim do período de chuvas, em %\*



\*Média dos meses de abril. Fontes: EPE e ONS



Não faz sentido o consumidor continuar pagando por uma energia que não tem

Donato da Silva Filho  
diretor-geral da Volt Robotics

radadores que alegam na Justiça que já entregaram toda a energia prevista no contrato e defendem não ter mais a obrigação, apesar de permanecerem recebendo a receita fixa.

O argumento é contestado por executivos da área de energia. "Para quem é do setor elétrico, é óbvio que o projeto foi contratado para estar disponível. Não estava escrito que você geraria 95% do tempo", diz o diretor de Regulação da Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), Ricardo Brandão.

O Idec apurou a existência de ao menos 17 liminares relacionadas ao tema, algumas delas questionando a rescisão contratual após estourarem o limite de três anos seguidos descumprindo as metas de disponibilidade.

A Aneel diz em nota que enfrenta hoje três ações judiciais, de empresas que se isentam de gerar energia elétrica quando acionadas pelo ONS. Em 100 contratos de térmicas analisados por estudo contratado pelo Idec, 33 já haviam estourado o limite por três anos seguidos, o que já permitiria a rescisão. Leite diz que o instituto poderá ir à Justiça para que a punição seja aplicada.

"Não faz sentido o consumidor continuar pagando por uma energia que não tem", diz Donato da Silva Filho, diretor geral da Volt Robotics, que vem contribuindo com o Idec na avaliação do tema. "O contrato tem de ser respeitado".

A receita fixa dessas usinas é repassada ao consumidor pelas distribuidoras. Quando elas são chamadas a gerar, o custo adicional é pago também por meio das bandeiras tarifárias cobradas na conta de luz quando a geração térmica está acima do normal.

A EPE diz que seu estudo é parte de um trabalho contínuo para avaliar qual o montante de energia disponível e, assim, avaliar a necessidade de

expansão do sistema.

"A penalidade é um dos sinais econômicos que podem influenciar o gerador a buscar um nível superior de desempenho", diz Barral. "Se a estrutura de penalidades muda, seja para ficar mais pesada, seja para ficar mais branda, pode influenciar o nível de indisponibilidade e influenciar o planejamento".

O ONS afirma que a elevada indisponibilidade não tem efeito sobre a gestão dos reservatórios. "O montante de geração térmica disponível no momento é suficiente para manter o balanço energético", diz, em nota.

Na terça-feira (25), por exemplo, apenas 72% da capacidade térmica no país estava disponível, o equivalente a 16.100 MW (megawatts), mas o operador precisou de 12.300 MW dessa fonte para atender a demanda.

Com os reservatórios em níveis historicamente baixos, porém, o mercado acompanha com lupa a evolução da disponibilidade de energia de outras fontes, com receio de que a capacidade de geração de energia possa se tornar um obstáculo ao crescimento da economia após a vacinação.

O ex-presidente do ONS Luiz Eduardo Barata acrescenta que o problema reduz a eficiência do sistema. Isso porque o órgão responsável por garantir a operação e o fornecimento de energia é obrigado a cobrir outras usinas para cobrir a falta dessas térmicas.

O ONS afirma que "já solicitou aos proprietários dos empreendimentos de geração que implementem ações visando aumentar a disponibilidade de suas usinas". Em unidades sob manutenção, a ordem é retornar à operação "o mais breve possível".

A Abragret (Associação Brasileira de Geração Termelétrica) disse que não havia portavozes disponíveis para comentar o assunto.



Morro dos Seis Lagos, onde está o maior depósito de nióbio do mundo, com 2,9 bi de toneladas



Antiga ponte sobre o Igarapé Ya-Mirim, na BR-307, no Amazonas

Fotos Lalo de Almeida - Sout.19/Folhapress

## Bolsonaro inaugura ponte ao lado de jazida gigante de nióbio

Fabiano Maisonave

**MANAUS** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) inaugurará nesta quinta-feira (27) uma ponte vizinha ao maior depósito mundial de nióbio. Bastante citado por ele antes e durante a campanha eleitoral de 2018, o minério acabou esquecido durante o seu governo.

Distante 85 quilômetros de São Gabriel da Cachoeira (AM) pela BR-307, a ponte sobre o Igarapé Ya-Mirim está a apenas dois quilômetros do Morro de Seis Lagos, o maior depósito mundial de nióbio, com estimados 2,9 bilhões de toneladas.

O motivo é que não há interesse das mineradoras em abrir novas operações de nióbio. Com a demanda atual do minério, as jazidas em exploração têm capacidade pa-

ra abastecer o planeta por várias décadas.

O Brasil já é o principal produtor mundial, com 88% do total, de acordo com o Serviço Geológico dos EUA. A maior parte vem da CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), localizada em Araxá (MG).

Em 2016, quando já estava em campanha presidencial, Bolsonaro gravou um vídeo na CBMM no qual dizia que o nióbio poderia dar "independência econômica" ao país. Na Presidência, porém, o nióbio só ganhou menções breves. A mais famosa ocorreu em uma visita ao Japão, em junho de 2019. Durante a sua live semanal no Facebook, Bolsonaro exibiu uma bijuteria com nióbio comprada no país asiático e disse que valia R\$ 4.000.

O nióbio serve principal-

mente como elemento de liga nos aços de alta resistência e baixa liga, usados na fabricação de automóveis, e na construção civil, como pontes e edifícios. É encontrado também nas superligas, que operam em altas temperaturas, e em turbinas de aeronaves a jato.

Além da falta de mercado, a exploração de nióbio em São Gabriel exigiria uma ampla mudança na legislação.

A jazida local está incluída em três áreas protegidas e sobrepostas: a Terra Indígena Balaio, o Parque Nacional Serra da Neblina e a Reserva Biológica de Seis Lagos.



Lagos, do governo estadual do Amazonas. Nenhuma dessas categorias permite a atividade.

No lugar do nióbio, tudo indica que a agenda de Bolsonaro incluirá a regularização da mineração ilegal em terras indígenas, que sofrem com a presença de milhares de garimpeiros, com a destruição de margens de rios, a contaminação por mercúrio e a entrada de bebidas alcoólicas e prostituição.

Depois de inaugurar a ponte, o presidente deve ir à comunidade yanomami Maturacá, a algumas dezenas de quilômetros de distância. A Terra Indígena Yanomami é uma das que mais sofrem com mineração ilegal.

Em uma live no dia 29 de abril, Bolsonaro afirmou que planeja visitar um pelotão de fronteira do Exército (PEF),

"conversar com indígenas" e "aterrissar" em um garimpo ilegal, ao voltar a defender a regularização da atividade.

Maturacá é a sede do 5º PEF. Nas últimas semanas, os militares informaram à comunidade da visita de Bolsonaro, que deve acontecer sem a imprensa.

Em reação à visita, lideranças locais publicaram uma carta de repúdio à presença de Bolsonaro. Para eles, a visita do presidente é para "tratar e tentar acordar conosco a legalização de mineração no território yanomami, portanto, essa não é a nossa ansiedade yanomami".

"Ao contrário disso, exigimos que o governo deve implementar ações de fiscalização de forma contínua nos entornos e limites dos territórios indígenas já demarcados", diz o documento.